

CRÍTICA HOJE¹

PAULO FRANCHETTI*

RESUMO

Neste texto discutem-se algumas questões relevantes para a crítica literária contemporânea, especialmente a atitude frente ao texto literário e sua história de leitura.

PALAVRAS-CHAVE: crítica literária contemporânea, desconstrucionismo, pragmatismo.

Propus-me a falar aqui da crítica que tem por objeto o texto literário. E, renunciando, num primeiro momento, a escolher o objeto ou a defini-lo de acordo com um critério de qualidade ideal, decidi que tentaria apenas mapear os discursos que, hoje, no Brasil, se fazem sobre o texto literário em modo crítico, isto é, textos que consistem na interpretação e na avaliação dele.

Tinha decidido, pois, que faria aqui algumas considerações fundadas na experiência de leitura e na observação de casos, com escopo predominantemente descritivo.

Entretanto, à medida que ia colhendo elementos para proceder a esta descrição, mais forte se foi apresentando à minha percepção o que eu gostaria de fato de fazer.

E o que eu gostaria era de refletir sobre o que a crítica poderia ser no seu estado melhor, ou sobre o que a melhor crítica, do meu ponto de vista, consegue ser.

A questão, mesmo atraente, não me pareceu tão urgente quando comecei a preparar este texto (e por isso não pude me dedicar a ela com a profundidade que ela exigia). Mas devo dizer que ela se reforçou quando reli o livro *Estados da crítica* e me deparei com uma passagem da contribuição de Alcides Cardoso dos Santos ao volume.

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
E-mail: paulofranchetti@gmail.com

Trata-se do ponto em que o autor pergunta “com que olhos a crítica deve ser lida, com os olhos do texto literário que ela lê ou com os seus próprios olhos” (SANTOS, 2006, p. 94), e, dessa indagação, passa a esta outra: “como pensar a possibilidade de uma crítica que independa completamente do texto que lê?” (p. 95).

O texto de Alcides é um ensaio de resposta a essas perguntas, nos termos do estatuto do discurso crítico, a partir da leitura de um embate entre De Man e Derrida.

Mas a mim interessaria (se tivesse tido tempo para isso e como contraposição apenas) agarrar a pergunta pelo seu valor de face e explorá-la primeiro numa outra direção: pode existir uma crítica que independa completamente do texto que lê? Nesse caso, o que tornaria possível a atribuição do nome crítica a esse discurso?

Nessa linha de raciocínio, desenvolveria a reflexão perguntando não o que define como crítico um texto pautado pela existência de uma obra literária sobre a qual, à volta da qual ou a partir da qual fala, mas se seria possível chamar “crítica”, por exemplo, a um texto que se erguesse e apresentasse como tal em completa independência da obra que critica.

Por exemplo: um texto crítico que tratasse de um texto literário inexistente ou não acessível a nenhum outro leitor. Nesse caso, deixaria de ser crítico tal texto, desde que apresentasse os procedimentos retóricos usuais nos textos críticos? Ou seria crítico, pela sua capacidade de criar e atribuir sentido a um objeto de linguagem, apesar de esse objeto não ser acessível ao leitor da crítica?

Aqui, além de eventuais exemplos históricos de críticas de textos que se perderam ou cuja totalidade se perdeu para nós, pareceu-me que seria interessante pensar sobre um texto como *Fogo pávido*, de Nabokov, e, principalmente, “Seymour, uma introdução”, de J. D. Salinger.

No primeiro, como se sabe, apresenta-se um poema atribuído a um escritor imaginário e o texto que se segue é uma leitura crítica alucinada, na qual um professor desenvolve uma análise do poema como prefiguração do próprio destino, comentando-o quase verso a verso, apresentando, de entremeio, cartas, entrevistas e outros textos que, em princípio, pudessem aclarar o sentido do poema, e finalizando tudo por um índice remissivo, como nos bons livros do gênero.

Já no segundo, o irmão de Seymour – como Kinbote, professor – busca analisar-lhe a personalidade e a obra, comentando os 148 poemas

em forma de haicai deixados por ele, mas que em parte alguma do livro virão transcritos. No mesmo texto, discutem-se ainda as críticas de Seymour aos escritos prévios do narrador, também ausentes do volume.

Por esse caminho, está claro, o objeto da reflexão seria a crítica como um modo discursivo e de produção de sentido, com especial atenção para os mecanismos textuais que poderiam provocar o convencimento e a obtenção do crédito de confiança. Ou seja: é possível postular a existência de um modo crítico de produção textual, mesmo que o texto resultante não tenha partido de, nem tenha por objeto um texto literário existente.

Mas em que sentido, abolida ou suspensa a relação sujeito-objeto no caso de um texto sobre obra inexistente, ainda teríamos crítica? Por outro lado, se admitirmos que o discurso crítico literário pode existir (ao menos no domínio da ficção, diríamos neste momento) sem depender da existência de um pré-texto, as perguntas complementares poderiam ser assim formuladas: o que de ficção há na crítica em geral e o que de crítica há na ficção crítica?

Portanto, tratar-se-ia de uma questão de grau, de deslocamento ao longo de um espectro e não de um contraste ou contraposição. Mas ainda assim persiste, ao menos como um dos extremos do espectro, a postulação de senso comum de que um texto crítico, sendo um gesto de ambição cognitiva, exige que seu discurso se refira a outro texto, que ele busca descrever, compreender ou avaliar.

Mas nesse caso eu tenderia a pensar que ainda aqui não teríamos muita clareza, pois a ambição cognitiva como motor da aproximação ao texto literário define muitos discursos: desde aqueles que dirigem ao objeto questões concernentes ao seu lugar na história e seu valor estético, até os que foram descritos como “representação momentânea de possibilidades de interpretação que logo se dissolvem de moto próprio” (STEINER, 2001, p. 9), ou ainda “apropriações infinitas e arbitrárias, nenhuma das quais pode aspirar ao privilégio de ser verdadeira”. Entretanto, ainda neste caso, a proposição de interdependência implícita na relação sujeito-objeto não continuaria implicando uma reivindicação de qualificação de um dado discurso, por meio de verificações de abrangência, pertinência e coerência conceitual diante das contradições presentes no objeto?

No texto em que redigiu as frases que eu teria citado, se tivesse escolhido aprofundar o caminho que aqui vou percorrendo rapidamente, e que demonstram o seu distanciamento da perspectiva desconstrucionista, George Steiner afirmava a força das estratégias desconstrucionistas da leitura que, renunciando à verdade e à pretensão de estabelecer o significado do texto, aproximavam a crítica do literário e traziam um novo alento à leitura literária.

Nas suas palavras de 1995:

tais estratégias constituem – conscientemente ou não – um exercício muitas vezes sedutor e, paradoxalmente, ‘reconstrutivo’, capaz de recuperar para o estudo da literatura e para a hermenêutica uma paixão e um desafio intelectual que se haviam perdido. (STEINER, 2001, p. 9)

Se prosseguisse por esse caminho, certamente teria de reconhecer que, lendo outro texto de Steiner, provocativamente denominado “Presenças verdadeiras”, de 1985, não pude deixar de lembrar que ele ali insinua que a energia das estratégias desconstrucionistas deriva em grande parte, por via da negatividade, da tradição metafísica ocidental. Isto é, que o desmonte da tradição e dos pressupostos metafísicos revela – e, ao revelar, faz recair sobre si a energia nela contida – a carga de significados e da memória das postulações transcendentalistas de um modo muito mais eficaz do que a aplicação automática e banal dessas mesmas postulações pode fazer.

Ao mesmo tempo, teria de reconhecer que, ao pensar a questão da crítica a partir dos textos do nosso livro, para preparar esta fala, senti-me tentado a concordar com Steiner, quando ele diz que a arte de um mundo sem transcendência é um *shadow-boxing* com a forma e que essa luta fantasmática, embora possa ser fascinante, é uma imagem do solipsismo (STEINER, 2001, p. 49).

Por fim, não sei se resistiria a reproduzir aqui (e a desenvolvê-la ao máximo, comentando, por exemplo, resenhas acadêmicas) a sua postulação de que, ausente o grande desafio que era a presença de Deus (e o combate contra ele), a luta perderia atrativo para a maior parte do público. Mesmo que não partilhasse do tom nostálgico e algo desiludido que parece permear a sua perspectiva. Mas certamente me perguntaria pelo futuro das operações de redução à textualidade das

questões colocadas pelos textos, embora talvez não ousasse ir muito longe nessa especulação difícil.

Por outro lado, provavelmente me sentiria tentado a admitir que não consegui ter clareza quanto aos meus sentimentos acerca desta formulação de Steiner sobre o que ele apresenta como método e condição da leitura:

Precisamos ler como se de fato as circunstâncias em que o texto foi escrito tivessem importância. O momento histórico que o cerca, as condições culturais e formais, o estrato biológico e o que podemos deduzir ou conjecturar das intenções do autor constituem recursos vulneráveis. Sabemos que tais recursos serão objeto da ironia severa e examinados para detecção de acidentes subjetivos. Isso, porém, não lhes reduz a importância, em absoluto. Eles tornam mais ricos os níveis de percepção e de função da obra; geram limites à complacência e à licença de interpretação anárquicas.

Esse *como se*, essa condição axiomática, é a nossa aposta cartesiana-kantiana, nosso salto para dentro do sentido. Sem isso o saber reduz-se a um narcisismo transitório. (STEINER, 2001, p. 46)

Da forma como está escrita, a opção só se sustentaria como formulação irônica ou confissão nostálgica de desajuste. Em qualquer dos registros, como proposição de um truque de leitura que permitiria mimetizar formas de interpelação do texto que os pressupostos atuais não avalizariam.

Se eu tivesse continuado a discutir o que constitui a crítica – ao menos a crítica que mais me interessa como leitor e como professor –, não poderia concordar com o imperativo do “como se”. Teria de descrever de outra maneira a forma de leitura que me parece interessante e mais rica, mesmo que isso significasse afirmar claramente o interesse da leitura das circunstâncias do texto e das circunstâncias das leituras subsequentes do texto. E teria, por fim, de confessar que a descrição da história da constituição de um texto, por meio das suas várias leituras, a começar pelas que ele mesmo apresenta de si, ao se apresentar como texto vinculado a um determinado gênero e objetivo e ao dialogar com um conjunto parcialmente determinável de eventos, literários ou não, me seduz mais do que o livre exercício da interpretação segundo os interesses absolutos do presente.

E por essa via (pelos hábitos de leitura talvez) acabaria por me lembrar, por contraposição, de um perturbador ensaio de Richard Rorty, denominado “O idealismo do século XIX e o textualismo do século XX”. Mas não para evocar a escandalosa frase na qual ele afirma que, “de um ponto de vista pragmatista completamente desenvolvido, não existe nenhuma diferença interessante entre mesas e textos, ou entre prótons e poemas” (RORTY, s.d., p. 222), e sim para retomar a sua definição dos dois tipos de textualistas.

Por conta de tudo o que eu teria exposto, era de prever que eu me reconheceria mais afinado com o que ele denomina “textualista fraco”, por oposição ao “textualista forte”. O fraco, ele diz, “pensa que cada obra tem o seu próprio vocabulário, o seu próprio código secreto, que pode não ser comensurável com o de qualquer outra obra” (RORTY, s.d., p. 221). Já o “textualista forte” é o sujeito que “tem o seu próprio vocabulário e não se preocupa com saber se alguém o partilha” (RORTY, s.d., p. 221) e, quando defrontado com o objeto literário, pauta sua ação sobre ele, isto é, a sua leitura e interpretação, por esta pergunta: “como devo descrever isto para conseguir que faça aquilo que quero?” (RORTY, s.d., p. 222).

Para Rorty, estão errados os que se opõem à postulação de que não faz sentido pedir a um mau intérprete que argumente para justificar a sua leitura, que submeta a sua interpretação à discussão, uma vez que não lhe parece razoável supor que exista “um vocabulário comum em cujos termos os críticos possam argumentar uns com os outros”. Por isso, argumentará a favor da completa autonomia do crítico forte, que “não pergunta nem ao autor nem ao texto quais são as suas intenções mas malha simplesmente o texto até tomar uma forma que serve os seus próprios propósitos” (RORTY, s.d., p. 220).

No limite, a minha recusa a assumir a atitude do “textualista forte” poderia ser descrita, como o próprio Rorty previu no final do seu ensaio, como uma objeção de ordem moral. Mas não por conta dos argumentos que ele ali apresenta. Minha discordância consistiria em que, mesmo me considerando ainda um textualista, eu não duvido que seja possível argumentar sobre a propriedade das leituras, a despeito da convicção de que todos os vocabulários, mesmo os da nossa própria imaginação liberal, são patamares históricos temporários.

Nesse passo da minha exposição – apesar de talvez já suspeito de ser apenas mais uma vítima da “metafísica da presença” –, eu seria tentado a defender a ideia de que o texto literário e a tradição da sua leitura constituem um conjunto de significados históricos e relações de poder simbólico que a crítica deve sempre ter presente. E não creio que a minha objeção ao “conseguir que faça aquilo que quero” radicasse numa aposta metafísica na permanência de uma essência do objeto. Seria antes uma desconfiança da cedência descompromissada aos desejos e objetivos do presente no trato com os objetos do passado.

Ou seja: do ponto de vista da crítica pragmática, eu apostaria, sem recorrer a nenhuma afirmação sobre a positividade do objeto e sem postular qualquer essência inalterável do objeto – muito pelo contrário, afirmando que o próprio objeto só se constitui como objeto por meio de uma atribuição social de sentido –, eu apostaria em que a descrição das várias etapas da sua constituição permitiria modalizar, corrigir ou dirigir o desejo do presente e aquilo mesmo que eu quereria que o objeto fizesse.

Em suma, apostaria em que a erudição e a perspectiva histórica responderiam pela minha maior identificação com o “textualista fraco” e pela minha desconfiança do que me pareceria excessiva autocomplacência do “textualista forte”.

Se tivesse articulado coerentemente essa reflexão, seria provável que então me ocorresse, nesse ponto, a crítica que Albrecht Wellmer (1996, p. 189) fez a Richard Rorty, quando afirma que “uma cultura liberal dificilmente poderá ser entendida – menos ainda do que qualquer outra cultura – como um jogo fechado de linguagem”. E completa: “esta cultura – considerada na vertical do tempo – tem uma história e – considerada na horizontal do tempo – tem um exterior”.

Wellmer (1996, p. 189) está preocupado em buscar um ponto de apoio fora da perspectiva etnocêntrica. Daí que a alteridade temporal e a espacial sejam vistas como fontes de “uma série de bons e interessantes argumentos a favor dos princípios e instituições democráticos e liberais”.

Seria a afirmação da importância da alteridade a que mais me prenderia e atrairia para a releitura do texto de Wellmer. Não porque eu estivesse diretamente interessado na defesa da sociedade liberal, mas apenas indiretamente: porque eu buscaria radicar justamente na busca

e na afirmação da alteridade uma das funções mais relevantes da crítica literária.

Ou seja, eu me sentiria inclinado a afirmar que a literatura é uma fonte importante da experiência da alteridade, que o “literário”, na nossa cultura, implica sempre – ainda que negativamente, quando a perspectiva que o afirma é metafísica e busca universais – o reconhecimento das diferenças das formas de dizer e de sentir que se atualizam nos diferentes tempos e lugares. É certo que, uma vez que a literatura se constitui justamente da contingência das leituras, tanto do ponto de vista da sucessão histórica, quanto do ponto de vista da sua situação mais próxima ou mais distante dos centros do poder simbólico em cada momento e lugar, é provável que ela seja uma boa seara onde colher argumentos a favor dos princípios e instituições liberais. Mas o que me importaria afirmar não era essa sua função política, e sim que a identificação daquilo que já não é possível que sintamos ou entendamos completamente, mas que já foi sentido e entendido por outros seres humanos, seguida da reflexão sobre a diferença, constitui uma tarefa de ampla repercussão moral e social, um exercício de autocrítica.

Seria esse valor moral da atividade crítica que me impediria de simpatizar com o “textualista forte”: o valor da tolerância diante do diverso e da recusa de moldar, praticamente sem amarras ou balizas, o passado sobre os interesses do presente.

Na verdade, não se trataria de um empecilho à simpatia, mas sim de uma verdadeira antipatia pelo “textualista forte”, em que tendo a ver um bom exemplo da alegre e arrogante celebração da perspectiva etnocêntrica que surge aqui e ali, de forma algo brutal, no pensamento de Rorty. Daí a minha correspondente simpatia pela atitude do “textualista fraco”. Por um tipo especial de “textualista fraco”: aquele que busca nos textos distantes ou próximos não apenas a sua utilidade para as teses e linguagens que lhe interessam, mas também e principalmente aquilo que, nesses textos, problematize ou modifique as suas crenças e contrarie a satisfação dos seus desejos – mesmo as suas crenças e desejos relativamente à superioridade da sociedade liberal.

E terminaria esse percurso tortuoso, por expor, dentro dessa perspectiva, o que penso que sejam funções importantes da crítica, como reflexão sobre a história e exercício de alteridade: descobrir o interesse

novo no objeto inatual, bem como destacar a persistência do gesto antigo no interesse mais recente; reconstruir o diálogo dos mortos, repor as questões que debatiam para, a partir desse ângulo reconstruído com a coerência possível, vislumbrar o caminho que percorreram aquelas vozes até nos tocarem no nosso próprio tempo. Enfim, realizar o esforço de pensar e sentir no limite das nossas referências, na distância vertical ou na distância horizontal do tempo (para falar como Wellmer). Em qualquer das direções da leitura, um dos efeitos possíveis e esperados é a historização do presente do crítico, isto é, a desnaturalização dos seus motivos e critérios, isto é, o questionamento, pelo contraste, dos sentimentos e crenças do presente.

Depois desse percurso algo tortuoso, eu teria por fim de declarar que, para responder à questão sobre a diferença entre a crítica e a literatura, levaria em conta sobretudo a atitude em direção à alteridade. Nesse sentido, a crítica literária que me interessa é a que se ocupa de textos que são – ou que, em algum momento, foram tidos como – literários, isto é, textos escritos para serem lidos também por não críticos (e não escritores, na maior parte dos casos). A crítica que tem como imperativo situar-se não só face ao texto que comenta, mas também face aos textos que a precederam no comentário dele ou que estão previstos nele. Ou seja, a que tem de lidar com as convenções de leitura do literário e com os efeitos dessas convenções sobre a obra e sobre a leitura, ao longo do tempo – especialmente no presente –, reconhecendo que o olhar com que a interpela provém de um ponto preciso na rede de significações e que a obra interpelada – de acordo com o seu grau de resistência à crítica – desloca, faz recuar ou reformular.

Este é, portanto, o sentido maior que eu vejo na crítica: o de testar um desejo, uma preocupação, uma pressuposição razoável do presente, um vocabulário novo, contra um objeto que, antigo ou contemporâneo, vem vinculado ao passado, a uma tradição e uma forma de leitura; ou porque foi produzido no passado, ou porque já foi anteriormente revestido de sentido por outra leitura, ou, finalmente, porque comenta ou deixa de comentar textos que o antecederam e contra os quais ele se ergueu e se sustenta.

É justamente essa ideia de teste – acompanhada da consciência (e também da esperança) de que sempre haja algo no texto literário (independente de qualquer intenção de autor) que resista à projeção dos

meus desejos – que me impede de me imaginar no lugar do textualista forte (e aqui retorna a questão do valor: nesse quadro, ele é uma função da resistência). Porque o lugar do textualista forte me parece o lugar da derrota da crítica no que ela tem de melhor, que não julgo que seja produzir um objeto novo ou falar de si própria ou constituir-se em discurso autônomo, mas sim produzir a crise, presentificá-la no próprio ato de apreensão e de análise do objeto, cuja resistência ou cedência constituem as balizas do discurso que mais radicalmente merece o nome que lhe damos.

CRITICISM TODAY

ABSTRACT

This paper focuses on some important issues on contemporary literary criticism, especially those concerning the attitude towards the literary text and its historical readings.

KEY WORDS: contemporary literary criticism, deconstructionism, pragmatism.

NOTA

- 1 Este texto foi escrito em 2007, para ser lido numa mesa-redonda de lançamento do livro *Estados da crítica* (Santos, 2006), do qual participei. Uma greve na Unesp impediu a realização das mesas-redondas e o texto terminou por nunca ser apresentado nem publicado.

REFERÊNCIAS

- RORTY, Richard. *Consequências do pragmatismo*. Tradução de João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, [s.d.].
- SANTOS, Alcides Cardoso dos (Org.). *Estados da crítica*. Cotia: Ateliê Editorial; Curitiba: Ed. UFPR, 2006.
- STEINER, George. *Nenhuma paixão desperdiçada*. Tradução de Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WELLMER, Albrecht. *Finales de partida: la modernidad irreconciliable*. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.